

A REPRESENTAÇÃO DO SUJEITO-FEMININO EM DUAS CAPAS DA REVISTA VEJA: UMA ANÁLISE DISCURSIVA

Célia Bassuma Fernandes¹
Vanessa Aparecida Deon²

RESUMO

A inserção da mulher no mercado de trabalho desencadeou uma verdadeira revolução nos lugares ocupados por ela dentro da instituição casamento. Nesse sentido, a mídia, já não cumpre mais somente a tarefa de divulgar um produto levando ao consumo, mas funciona de modo a impor valores e a revelar os principais acontecimentos e mudanças que ocorrem na sociedade. Partindo dessa constatação, tomando por base os pressupostos teóricos da Análise de Discurso de tradição francesa, pretendemos verificar como o sujeito feminino tem sido representado em duas capas da Revista Veja, uma vez que, cada vez mais ele vem assumindo lugares que outrora não lhe pertenciam no interior de famílias patriarcais.

Palavras-chave: discurso, família, sujeito-feminino

Introdução

Em tempos não tão distantes, ao sujeito-feminino cabia apenas assegurar o bom funcionamento da casa e a saúde e educação dos filhos, o que resultava em uma vida de confinamento e recato, restrita ao ambiente doméstico.

Alinhando-se ao discurso religioso, qualquer tipo de vaidade era condenado e a beleza física deveria ser velada, mascarando qualquer atrativo que o valorizasse. Os desejos da alma ou do corpo também eram condenados e a sexualidade, era um direito eminentemente masculino. Ao sujeito-feminino cabia, portanto, o enclausuramento no interior da casa e a submissão e a obediência ao seu *outro*. Conforme Del Priore (2012, p. 363):

¹ Pós-doutoramento em Estudos da Linguagem/Unicamp. Professora de Linguística na graduação em Letras, na Universidade Estadual do Centro-Oeste/UNICENTRO e do PPGL (Programa de Pós-Graduação em Letras), na mesma universidade, onde ministra as disciplinas de História das Ideias Linguísticas e Teorias do Texto. bacelfer@hotmail.com

² Mestre em Letras pela Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná (2015) – UNICENTRO. Guarapuava-PR. Contato: vanessadeon@yahoo.com.br

As características atribuídas às mulheres eram suficientes para justificar que exigisse delas uma atitude de submissão, um comportamento que não maculasse sua honra. Estavam impedidas do exercício da sexualidade antes de se casarem e, depois deviam restringi-la ao âmbito desse casamento.

Após a Segunda Guerra Mundial, mais especificamente na década de 50, o Brasil passou por um grande crescimento urbano e por uma industrialização sem precedentes que conduziram ao aumento das possibilidades educacionais e profissionais. A classe média viveu um período de ascensão e as possibilidades de acesso ao lazer, ao consumo e às informações também aumentaram. As mulheres, até então isoladas do convívio social e, na sua imensa maioria até então dedicadas aos cuidados com a casa e filhos, começaram a ingressar no mercado de trabalho, passando a ocupar lugares antes ocupados apenas por homens.

A consequência desse início da emancipação feminina, no âmbito privado, foi que as mulheres passaram a lutar por direitos que até então lhe eram negados, como, por exemplo, a decisão de ter ou não filhos, o que provocou mudanças na forma de se relacionar com o sujeito-masculino. Conforme Del Priore (2012, p. 282), “impondo-se a participação da mulher no trabalho da fábrica, da loja, do escritório, a urbanização rompe o isolamento tradicional da família brasileira, rica ou pobre, altera de maneira decisiva o *status* da mulher trazendo-a cada vez mais para perto dos homens.”

No período entre 1960 e 1970, ocorreram novas mudanças, entre elas, a revolução sexual, tornando a moral sexual mais flexível. Com a chegada da pílula anticoncepcional ao Brasil, o sujeito-feminino passou a ter maior controle sobre o seu próprio corpo, reduzindo assim, o número de filhos ou optando por não tê-los, contrariando o discurso religioso segundo o qual, o casal deveria aceitar todos os filhos que Deus lhes enviasse.

Além disso, acabados os laços de afeto, muitos casais buscavam pela separação, porém, sair de um casamento gerava ainda muito preconceito em relação ao novo estado civil, especialmente em relação aos sujeitos-femininos que sofriam discriminação, porque esse novo *status* social era condenado mais enfaticamente pela igreja que colaborava para solidificar discursos segundo os quais o único responsável pelo insucesso do casamento era o sujeito-feminino. Fortemente embasado nos dogmas religiosos, que atestavam a

impossibilidade de dissolução do casamento, uma vez separados, os cônjuges eram ambos, considerados pecadores, tanto que não lhes era permitido nem mesmo participar de alguns sacramentos da igreja, como o da comunhão, por exemplo. Contudo, era sobre o sujeito-feminino que recaía a maior carga de responsabilidade pelo insucesso do casamento e, logo, ele constituía o maior alvo de discriminação.

Em junho de 1977, o divórcio foi instituído oficialmente, por meio da emenda constitucional número 9 e, em dezembro do mesmo ano, foi regulamentado pela lei 6.515. Contudo, foi somente com a Constituição Federal de 1988, que o casamento civil passou a ser oficialmente dissolvido após prévia separação judicial por mais de um ano nos casos expressos em lei ou comprovada separação de fato por mais de dois anos. Em 2010, uma emenda constitucional passou a defender que o único fator imprescindível para o divórcio era a vontade exclusiva de um ou de ambos os cônjuges.

A partir disso, o divórcio passou a constituir um fator importante para a constituição de novos modelos familiares, tendo em vista que, muitas vezes, após a separação, apenas um dos cônjuges passava a assumir sozinho a maior parte das responsabilidades para com os filhos. Conforme Del Priore (2011, p. 229), “em 1995, uma em cada cinco famílias brasileiras era chefiada por mulheres, que acumulavam a educação com os filhos.” Contudo, apesar de toda essa mudança acelerada nos costumes, na década de 90, esse sujeito ainda era estigmatizado pela sociedade e persistiam tabus relacionados a esse novo modelo de familiar.

A mídia, por sua vez, sempre alinhada às novas questões sociais que se impunham, tratou de abordar temas que poderiam constituir interesse desse novo sujeito-feminino, como sexualidade e anticoncepção, fazendo circular um novo imaginário em torno desse sujeito, a quem não cabia mais somente esperar pelo marido em casa ou se ocupar unicamente da educação dos filhos e das tarefas domésticas.

Com base nisso, pretendemos verificar como o sujeito-feminino foi discursivizado em duas capas da Revista Veja, reforçando sentidos já cristalizados sobre o sujeito feminino e/ou deslocando-os, contribuindo assim, para modificar um “conjunto de atitudes e de representações que não são ‘individuais’ nem ‘universais’ mas se relacionam mais ou menos diretamente a *posições de classes* em conflito” (PÊCHEUX, 1997b, p. 166, grifos do

autor), mas por muito tempo, estiveram enraizadas no imaginário popular. Buscamos ainda, observar como a mídia retratou as relações estabelecidas entre o sujeito-feminino e o seu *outro*, compreendido como aquele que ocupa o lugar de marido/companheiro.

Neste trabalho, as capas recortadas para análise foram compreendidas como textos, compostos por diferentes materialidades significantes (LAGAZZI, 2009; 2011), que se abrem para diferentes possibilidades de leitura, atestando a relação que se estabelece entre a língua e a história. O primeiro texto foi recortado do Especial Mulher (Ed. Especial Junho de 2010) e traz a sequência discursiva “As Herdeiras De Uma Revolução”, como chamada de capa. No segundo texto selecionado, a chamada de capa é a sequência discursiva “Filhos, não obrigada” (Ed. Especial de maio de 2013).

Nesses textos, o não verbal não pode ser entendido como mera ilustração, pois funciona de modo a complementar o verbal, na medida em que, pelos processos parafrásticos, representa o retorno aos mesmos espaços do dizer. Desse modo, as revistas vêm utilizando, cada vez mais, formulações visuais que estão relacionadas ao seu conteúdo interno e que estão em consonância com a “chamada de capa”, aqui considerada a sequência discursiva normalmente escrita em letras maiores, que remete para a principal matéria da revista e cujo propósito principal é atrair a atenção do sujeito-leitor, levando-o à leitura.

O mesmo funcionamento se aplica para as “subchamadas” ou “chamadas coadjuvantes” cujo objetivo é manter a atenção do sujeito-leitor, persuadindo-o a ler aquilo que comprou. Neste tipo de discurso jornalístico, o verbal tem uma estreita relação com o não-verbal, porque, segundo Fernandes (2010, p. 64) fornece sustentação ao *dizer* ou ao *ver*, remetendo para já-ditos/vistos, trazendo para a atualidade sentidos já estabelecidos pelo interdiscurso.

Para dar conta dos objetivos propostos, nos ancoramos na Análise de Discurso tal como desenvolvida por Michel Pêcheux, na França e reterritorializada por Eni Orlandi, no Brasil, e pelo grupo de pesquisadores que a ela se ligam e vem promovendo importantes avanços teóricos.

A Análise de Discurso: uma teoria da interpretação:

Para a Análise de Discurso (AD), o discurso, objeto histórico-ideológico, se materializa na/pela língua, que não é mais compreendida como um código e que segundo Leandro Ferreira (2005, p. 19), constituiu, ao mesmo tempo, uma “materialidade linguística e histórica”, pois, é um “produto social que resulta de um trabalho com a linguagem no qual coincidem o histórico e o social”.

Por essa perspectiva teórica, compreender como um discurso significa é compreender como ocorrem os processos discursivos que põem em relação à língua, o sujeito e a história, ou seja, a Análise de Discurso teoriza a interpretação, visando compreender como os objetos simbólicos produzem sentidos, por compreender que a linguagem não é transparente.

Para tanto, desloca a questão a ser respondida para como um texto significa, uma vez que a língua não é considerada só uma estrutura, mas condição necessária para o processo de produção de sentidos. A questão que interessa, portanto, e que é colocada como ponto nodal para a AD, é como um texto significa. Conforme Orlandi (2003, p.34, grifo da autora):

A AD se propõe construir escutas que permitam levar em conta esses efeitos e explicitar a relação com esse ‘saber’ que não se aprende não se ensina, mas que produz seus efeitos. Essa nova prática de leitura, que é discursiva, consiste em considerar o que é dito em um discurso e o que é dito em outro, o que é dito de um modo, o que é dito de outro, procurando escutar o não dito naquilo que é dito, como a presença de uma ausência necessária.

Nesse sentido, observa as condições de produção do discurso, que dizem respeito, em sentido amplo, ao contexto sócio-histórico ideológico em que o discurso foi produzido, isto é, àquilo que é exterior à língua, mas que nela significa e em sentido estrito, às circunstâncias da enunciação. Todos os dizeres já-ditos e esquecidos que retornam no fio do discurso, produzindo novos efeitos de sentido, também fazem parte das condições de produção do discurso. Conforme Orlandi (2003, p.32), “disso se deduz que há uma relação entre o já-dito e o que se está dizendo que é a que existe entre o interdiscurso e o intradiscurso ou, em outras palavras, entre o sentido e a sua formulação. ”

Nesse processo de produção de sentidos, o sujeito não é totalmente livre para dizer o que quer nem tampouco determinado por mecanismos exteriores (LEANDRO FERREIRA,

2005, p. 21). Trata-se de pensar em um sujeito afetado pela ideologia e atravessado pelo inconsciente e que produz seu discurso a partir da relação com o outro e dos lugares que ocupa em determinada formação social. Para Pêcheux (1997a, p.214, grifos do autor), “os indivíduos são ‘interpelados’ em sujeitos falantes (em sujeitos do seu discurso) por formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes.”

Não é, portanto, o sujeito empírico que produz/interpreta um texto, mas um sujeito marcado pela relação entre a linguagem e a história e afetado por dois esquecimentos: pelo esquecimento número um, da ordem da enunciação, pelo qual acredita que aquela é a única maneira de dizer algo e pelo esquecimento número dois, que afeta o sujeito de modo que ele tenha a ilusão de que aquilo que diz é novo. Esse esquecimento, de ordem ideológica, de acordo com Orlandi (2003, p. 35), reflete o “sonho adâmico”, isto é, faz crer que o sujeito está na origem absoluta das palavras, que significam apenas e exatamente o que ele quer. Contudo, conforme a autora, os sentidos não resultam da vontade dos sujeitos, mas do modo como eles se inscrevem na língua e na história. É esse esquecimento que faz com que o sujeito esqueça que aquilo que está dizendo já foi dito por outro sujeito em outras circunstâncias de enunciação, pois a todo momento ele retoma discursos já existentes. De acordo com Orlandi (2003, p. 35).

Quando nascemos os discursos já estão em processo e nós é que entramos nesse processo. Eles não se originam em nós. Isso não significa que não haja singularidade na maneira como a língua e as histórias nos afetam. Mas não somos o início delas. Elas se realizam em nós em sua materialidade. Essa é uma determinação necessária para que haja sentidos e sujeitos.

De fato, para produzir um discurso, o sujeito o faz pela mobilização da memória discursiva, compreendida por Courtine (1999, p. 19) como uma “voz sem nome”, que teima em retornar no fio do discurso repetindo o mesmo ou inaugurando novos processos discursivos. Para Orlandi (2001, p. 09), “é na formulação que a linguagem ganha vida, que a memória se atualiza, que os sentidos se decidem, que o sujeito se mostra (e se esconde).” É, portanto, no momento da linearização dos já-ditos que sujeito e sentido se constituem, simultaneamente, articulando a materialidade linguística com a materialidade histórica.

Nesse sentido, a memória discursiva preexiste ao discurso do sujeito e funciona pela repetição, sustentando cada tomada da palavra. É essa memória anônima, lacunar e com falhas, constituída pelo esquecimento e que, ao ser mobilizada pelo sujeito a cada linearização do dizer, ainda que ele não tenha consciência disso, que rege a produção dos sentidos.

Ao produzir seu discurso, o sujeito o faz afetado pela memória e pela história e inscreve seu dizer em redes de repetição, “escolhendo” o que dizer e o que calar, porque é interpelado pela ideologia, que, para a AD, é constitutiva do sujeito e dos sentidos.

A noção discursiva de ideologia surge no final da década de 60, quando Pêcheux passa a analisar como os estudos científicos eram produzidos, levando em conta como as Ciências Sociais e a Psicanálise se relacionavam com a Linguística. Negando a transparência da linguagem e, por conseguinte, a existência do sentido único, Pêcheux ressignifica o conceito de ideologia, de sujeito e de história. Segundo Orlandi (2003, p. 43), “Tudo o que dizemos tem, pois, um traço ideológico em relação a outros traços ideológicos. E isto não está na essência das palavras, mas na discursividade, isto é, na maneira, como, no discurso, a ideologia produz seus efeitos, materializando-se nele. ”

O trabalho da ideologia, portanto, é produzir evidências, colocando o homem na relação imaginária com suas condições materiais de existência. Podemos dizer então, que a ideologia se materializa no discurso, pois o indivíduo é interpelado em sujeito por ela, no processo de produção dos sentidos.

Logo, o sentido não existe por si mesmo e as palavras significam conforme a posição ocupada pelos sujeitos que as empregam, isto é, em relação às formações ideológicas nas quais se inscrevem e que, conforme Pêcheux (1997b, p. 166, grifos do autor), podem ser definidas como “um conjunto de atitudes e representações que não são nem ‘individuais’ nem ‘universais’, mas se relacionam mais ou menos diretamente a *posições de classe* em conflito umas com as outras. ”

No discurso, as formações ideológicas são representadas pelas formações discursivas, entendidas pelo autor citado como aquilo que pode/não pode e deve/não deve ser dito pelo sujeito em relação à posição que ele ocupa numa dada formação social (PÊCHEUX, 1997b, p. 166). Assim sendo, as palavras não têm um sentido literal:

Ao contrário, seu sentido se constitui em cada formação discursiva, nas relações que tais palavras, expressões ou proposições mantêm com outras palavras, expressões ou proposições da mesma formação discursiva. [...] (PÊCHEUX, 1997a, p. 161).

Analisar um texto levando em consideração o arcabouço teórico da Análise de Discurso significa pensar nas suas condições de produção em sentido estrito e em sentido amplo, bem como nas relações estabelecidas entre a língua, o sujeito e a história, negando a sua transparência e abrindo espaço para o equívoco, a falha e a falta.

Sobre o processo de produção de sentidos

Para atender aos nossos objetivos, neste trabalho, recortamos textos que circularam em uma revista bastante conhecida do grande público e que apesar de bastante criticada, mais recentemente, constitui um veículo de comunicação que mistura jornalismo e entretenimento. A escolha pelo suporte revista se deu, porque segundo Scalzo (2008, p.12), “a revista é um fio invisível que une um grupo de pessoas e, nesse sentido, ajuda a construir identidade, ou seja, dá a sensação de pertencer a um determinado grupo.”

Mesmo com o advento da rede mundial de computadores, em que é possível ler/folhear revistas *on line*, ainda são as revistas impressas que vendem mais, pois, historicamente, o impresso tem mais credibilidade, já que a escrita ainda é um meio eficaz para transmitir informações complexas e detalhadas, conforme a autora citada.

Para Fernandes (2010, p. 121), quando surgiram, as revistas tinham como principal objetivo proporcionar o entretenimento, mas atualmente, também funcionam como importantes formadoras de opinião. De periodicidade semanal, quinzenal ou mensal, esses veículos de comunicação geralmente tratam de diferentes assuntos e interesses, dependendo do público a que se destinam, procurando atingir determinados grupos ou classes sociais. Assim, há revistas para todos os gostos e bolsos, desde aquelas que tratam de questões sociais e culturais, trazendo análises e reflexões apuradas, até aquelas que se voltam para a vida das celebridades (FERNANDES, 2010, p.121).

De acordo com Scalzo (2008, p. 19), as revistas abrangem o espaço do público e do privado, falando diretamente com o sujeito-leitor. Além disso, funcionam de acordo com o seu tempo e é possível conhecer as transformações históricas e culturais de um país por

meio delas. Para a autora, a primeira revista de que se tem notícia foi publicada na Alemanha em 1663, mas a designação ‘revista’ somente teria surgido em 1704, na Inglaterra, destinada a públicos específicos que tinham por objetivo aprofundar os assuntos, “mais que os jornais e menos que os livros.” (SCALZO, 2008, p. 19).

Lançada pela Editora Abril, em 1968, para, nos moldes da norte americana *Time*, tratar dos mais diversos assuntos e fatos que acontecem no mundo, na política, economia e cultura, transmitindo informações por meio da combinação de textos e imagens, a Revista *Veja* é uma das mais vendidas e mais lidas, no Brasil, apesar das polêmicas e pode ser encontrada tanto no meio digital como na forma impressa.

Com relação aos discursos sobre o sujeito-feminino, nos anos 50, a maioria das revistas o retratava desempenhando funções que lhes eram historicamente destinadas, ou seja, ocupando o lugar de esposa, mãe e dona de casa dedicada, reforçando o imaginário de família ideal, pois segundo Del Priore (2012, p.609) era, “branca, de classe média, nuclear, hierárquica, com papéis definidos e regras de comportamento, casamento e felicidade conjugal”. Contudo, o imaginário em torno desse sujeito, devido às transformações já mencionadas anteriormente, também foi se modificando ao longo do tempo e isso pode ser observado no primeiro texto recortado para análise.

Texto 1



Fonte: Revista *Veja* Especial Mulher, Ed. Especial junho de 2010

O primeiro texto é constituído por imagens e por sequências discursivas que se entrelaçam no processo de produção dos sentidos. Esse imbricamento entre as formulações verbais e visuais permite, conforme Lagazzi (2009, p. 68), “que novos sentidos sejam reclamados, num movimento de constante demanda”, pois trabalhar com a heterogeneidade da linguagem significa compreender que as relações que se estabelecem entre as diferentes

formas materiais não são de complementaridade, mas de contradição, já que cada uma delas tem suas especificidades (LAGAZZI, 2009, p. 68).

Discursivamente, a formulação visual do sujeito-feminino, no texto 1, faz retornar, no fio do discurso, efeitos de sentido relacionados à sensualidade feminina e ao seu poder de sedução, provocados pelas pernas à mostra e pelos sapatos de salto alto, sinônimo de requinte, elegância e sensualidade. Contudo, os sapatos de salto alto nem sempre foram assim compreendidos. Na década de 60, por exemplo, quando o movimento feminista ganhou impulso, os saltos altos, tidos como criações masculinas, saíram de moda, sob o grito "Liberte o pé em cativeiro da mulher!", já que as feministas consideravam que eles eram projetados para tornar as mulheres indefesas e vulneráveis, pois dificultam sua fuga diante da violência masculina.

No entanto, e, paradoxalmente, a mesma imagem ressoa o universo masculino, em razão do efeito de sentido provocado pela sobriedade da cor preta da roupa e dos sapatos. A cor azul³, ao fundo, ressoa o domínio do masculino, tendo em vista que, na era pré-cristã, era costume vestir as crianças com cores diferentes, pois se acreditava que algumas cores podiam expulsar os espíritos nefastos que rondavam os recém-nascidos. Desse modo, como os bebês do sexo masculino eram mais “valiosos”, eram vestidos com roupas azuis, cor associada aos espíritos do bem, por ser a mesma do céu. As meninas, normalmente usavam roupas pretas, cor-símbolo da fertilidade na cultura oriental, de onde possivelmente veio a crença nos espíritos.

Foi só no século XIX, que a rosa passou a ser relacionado com a feminilidade, em função de uma lenda europeia, segundo a qual, as meninas nascem de rosas e os meninos de repolhos azuis. No entanto, esse padrão, não foi aceito por todo o mundo e, por um bom tempo, na França, as meninas ainda eram vestidas com roupas de cor azul, por causa da tradição católica, que associava essa cor à pureza da Virgem Maria.

³ Disponível em: <http://super.abril.com.br/historia/por-que-azul-para-meninos-e-rosa-para-meninas>. Acesso em 07/10/2015.

No que se refere às condições de produção, a materialidade em questão circulou no mês de Junho de 2010, e faz ressoar, no fio do discurso, sentidos relacionados à ousada edição número 10 (dez) da Revista Realidade. Todavia, relata dados da pesquisa realizada no ano de 1994, demonstrando, as mudanças ocorridas em relação ao sujeito-feminino, ao longo de quatro décadas, num esforço para diminuir o preconceito e a desvalorização que ainda o perseguem, pois mesmo com todos os avanços, alguns desses sujeitos ainda sofrem, com salários baixos, com a violência masculina, com a jornada excessiva de trabalho e com desvantagens na carreira profissional. Os temas, de interesse do público a que se destinam, foram divididos em: Pesquisa Exclusiva; Mãe; Sexo; Hormônios,

Economia, que trazem consigo subchamadas, que para fins de análise, serão divididas em SDs, conforme seguem:

A SD 1 “As Herdeiras de uma Revolução” aponta para sentidos relacionados à edição 10 da Revista Realidade, que coincide com a eclosão da ‘revolução sexual’, resultante da invenção da pílula anticoncepcional, grande marco na história feminina, porque apontou para a possibilidade de o sujeito-feminino, ter o controle sobre o próprio corpo. Segundo Del Priore (2011, p.176), as mulheres “[...] começavam a poder escolher entre desobedecer às normas sociais, parentais e familiares. Apesar das massivas propagandas, de falta de liberdade, de censura e perseguições” impostas pela ditadura.

Por essa esteira, ressoam sentidos relacionados ao fato de que os sujeitos-femininos contemporâneos são “herdeiros” dessa revolução, ou seja, foram contemplados com as mudanças ocorridas nas décadas subsequentes à invenção da pílula anticoncepcional, que transformou o destino de muitos deles que, antes, não tinham controle nem mesmo sobre o seu próprio corpo. Essa SD aponta então, pelo funcionamento da memória, no eixo da formulação, para já-ditos sobre as mudanças e conquistas obtidas pelo sujeito-feminino, ao longo dos tempos e que nem sempre foi pacífica,

A SD 2 “Quatro décadas de mudanças de comportamento e conquistas”, também faz ressoar, no intradiscurso, sentidos relativos às conquistas e mudanças de comportamento do sujeito-feminino e cujo auge foi a década de 60, do século XX, conforme já salientamos. Historicamente, as décadas subsequentes foram marcadas por longas lutas pela emancipação feminina e, no decorrer desse tempo, o sujeito-feminino foi conquistando

direitos, como o de trabalhar fora de casa e de escolher se queria ser mãe ou não. Nos anos 70, é aprovada a lei do divórcio, e na década seguinte, tem início a luta contra a violência doméstica.

Em 1985, é criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), subordinado ao Ministério da Justiça, com objetivo de eliminar a discriminação e aumentar a participação feminina nas atividades políticas, econômicas e culturais. Retornam, portanto, no fio do discurso, sentidos relacionados a toda a história de lutas e conquistas desses sujeitos, que a cada vez mais, vem assumindo novos lugares na sociedade, até mesmo o de chefe de família (são 34,9% no Brasil), desafiando o imaginário coletivo do sujeito-masculino como provedor do núcleo familiar.

Atualmente, o sujeito-feminino representa metade da mão de obra do mundo ocidental (no Brasil, 42,4%), mas para chegar a esse patamar, o caminho percorrido foi longo e gradativo. Porém, apesar de todas essas transformações, ainda há muito a ser mudado e permanecem enraizados no imaginário popular, preconceitos e tabus, herança de um discurso machista e discriminatório. Um exemplo disso, é que embora ocupem os mesmos lugares, sujeitos-femininos e masculinos recebem salários diferentes. Além disso, o sujeito-feminino “deve” cuidar dos afazeres domésticos mesmo que tenha outro trabalho.

Na SD 3 - “Ser mãe – cuidar dos filhos e do emprego sem drama”, ecoam já-ditos sobre as mudanças ocorridas na vida do sujeito-feminino nas últimas décadas, que desencadearam transformações nos lugares ocupados por ele. A expressão “sem drama” remete para a culpa que ainda atormenta a maioria desses sujeitos, quando precisam deixar os filhos com outras pessoas, para poderem trabalhar. Impõem-se indagações como: onde e com quem deixar os filhos? Eles seriam bem cuidados longe dos olhos do sujeito-mãe? Essas são questões quase intransponíveis, mesmo para quem tem dinheiro e pode contratar o serviço de babás ou de creches. Isso acontece em virtude de representações por tanto tempo sedimentadas no imaginário coletivo, de que ao sujeito-feminino, cabe o cuidado com os filhos, fazendo ecoar assim, o discurso machista.

Na SD 4 “Os 50 anos da pílula que mudou o mundo” ecoam, novamente, discursos sobre a invenção da pílula anticoncepcional, considerada um marco para a mudança de comportamento do sujeito-feminino, que pode então usufruir de liberdade sexual, além de

ter maior autonomia sobre seu próprio corpo, já que poderia decidir quantos filhos desejava ter e até mesmo se desejava tê-los.

Segundo a matéria da Veja, Sigmund Freud, em um de seus textos de 1898 disse: "Teoricamente, um dos grandes trunfos da humanidade seria a elevação da procriação a um ato voluntário e deliberado". Assim sendo, a invenção da pílula teve enorme impacto social, pois liberou os sujeitos-femininos do fardo da gravidez indesejada, incentivando ainda mais a sua entrada no mercado de trabalho. Além disso, é apontada como uma das prováveis causas da “revolução sexual” dos anos 70, pois permitia o sexo fora do casamento e sem medo da gravidez.

A SD 5 “Nem todo mau humor é culpa deles”, ressoa os já-ditos sobre as mudanças frequentes no humor do sujeito-feminino e nega o discurso da ciência, segundo o qual, as mudanças de temperamento teriam uma relação direta com alterações hormonais no período que antecede a menstruação (TPM). Desse modo, nem todo o “mau humor” seria provocado pelo desarranjo hormonal, faz circular, novamente, um discurso machista, que não considera que o “mau humor” do sujeito-feminino contemporâneo pode estar relacionado à grande quantidade de lugares que ele vem ocupando atualmente, já que é mãe, esposa, dona de casa e profissional, ao mesmo tempo e desconsidera que a sobrecarga gera estresse, afetando a qualidade das relações familiares.

A SD 6 encaminha para o poder econômico adquirido pelo sujeito-feminino decorrente da sua inserção e participação no mercado de trabalho, dando visibilidade para a formação de uma nova classe social, no período em que a economia brasileira passava por um período de estabilização e em que a Classe C emergia como um potencial consumidor que impulsionava a economia do país. Além disso, diz sem dizer que o sujeito-feminino adquire uma nova forma de empoderamento, que diz respeito à aquisição de bens materiais.

No canto inferior direito do texto 1, as formulações visuais e verbais constituem uma referência à Revista “Realidade”, criada no ano de 1966, pela Editora Abril. De modelo inovador, irreverente e criativo, a revista abordava diversos assuntos e passou por diferentes fases, especialmente, no período de 1964 a 1968, trazendo à tona temas polêmicos, questionando o que não podia/devia ser questionado, na época e dizendo o que não era dito, constituindo, portanto, um “divisor de águas” da imprensa brasileira.

Recorte do Texto 1



Fonte: Revista Veja Especial Mulher, Ed. Especial junho de 2010.

A edição 10 (dez) foi uma edição especial, que circulou no Brasil, em 1967, e relatou o resultado de uma pesquisa feita com 1.200 mulheres com a finalidade de retratar o perfil do sujeito-feminino dos anos 60. Com a chamada de capa “A Mulher Brasileira, Hoje”, a revista – no bojo da revolução sexual – discutia temas polêmicos para a época, tentando quebrar preconceitos e tabus, de modo a revelar os desejos femininos, tais como: “O que elas pensam e querem”, “Confissões de uma moça livre”, “Ciência e Corpo Feminino”, “Eu me orgulho de ser mãe solteira”, “Porque mulher é superior”, “Assista um parto até o fim”, “A mulher brasileira de hoje.”⁴

O fundo azul, assim como na capa da materialidade em questão, faz ecoar discursos relacionados ao universo masculino, e a lupa, por meio da qual pode ser visto um rosto feminino, funciona como uma espécie de “raio X”, que permite observar o perfil da “nova” mulher da década de 60. Há, portanto, um jogo de sentidos, pois ao mesmo tempo em que a imagem se refere para os avanços conseguidos pelo sujeito-feminino, o remete para o domínio do masculino.

Cabe lembrar que, naquela época, não era comum a divulgação de resultados de pesquisas em revistas, muito menos a publicação de imagens como cenas de parto. Assim sendo, a edição foi cassada pela censura militar, por meio do juizado de menores de São Paulo, pois segundo o discurso religioso, se tratava de uma edição ousada para a época. No entanto, a apreensão da revista surpreende, porque o AI-5⁵ ainda não vigorava.

⁴ Disponível em : <http://virourealidade.blogspot.com.br/2010/05/historia-da-revista-realidade.html>. Acesso em 12/10/2015.

⁵ Desde o golpe militar, que impôs o militarismo no poder em 1964, houve no Brasil certa interferência em todos os setores. A censura propriamente dita foi instaurada no Brasil numa sexta-feira 13 de dezembro de 1968, com o decreto do Ato Institucional número 5 – o AI5 (AI-5: entre outras regras divulgadas em documentos oficiais, determinava: censura prévia aos veículos de comunicação que não se alinhassem á

O segundo texto recortado para análise, também é constituído por formulações verbais e visuais. Com relação à linguagem não-verbal, prepondera a cor cinza, que pode apontar para a solidez, a estabilidade, responsabilidade e eficiência do sujeito-feminino. Esses mesmos efeitos de sentido são reforçados pela vestimenta do sujeito-feminino, que aponta para o mundo dos negócios e ressoa, no eixo da formulação, sentidos relativos ao ingresso do sujeito-feminino em áreas/cargos até então ocupados unicamente pelo seu outro.

Texto 2



Fonte: Revista Veja, ed. 2323, de 29 de Maio de 2013.

A pasta em uma das mãos, com a formulação visual de uma cegonha, símbolo da maternidade, à qual se sobrepõe o símbolo de “proibido”, complementa o enunciado verbal, apontando para sentidos referentes à possibilidade de o sujeito-feminino ocupar um lugar no mundo dos negócios e optar por dizer não à maternidade.

Contudo, a formulação quebra com as representações do sujeito-feminino, que por muito tempo estiveram enraizadas no imaginário popular, de que toda a mulher deve, em certo período da vida, ter filhos, causando o efeito de sentido de estranhamento. Há que se considerar então, que o texto faz ressoar, no eixo da formulação, sentidos relacionados à inserção do sujeito-feminino no mercado de trabalho, bem como o direito de decidir sobre

ordem preconizada pelo regime militar). A partir daí todos os veículos de comunicação passavam a ter seu trabalho constantemente vigiado. Mesmo antes do AI5, o que se via eram perseguições cada vez mais intensas contra políticos, estudantes, artistas, jornalistas e veículos de comunicação. Algumas atitudes se deram de forma repentina, sem chance de defesa dos acusados, como o que aconteceu na edição especial da revista Realidade. (Disponível em: <http://talitacomunica.blogspot.com.br/2011/10/1967-mulher-brasileira-na-revista.html>. Acesso em 13.10.2015)

se deseja ou não ter filhos, opção inimaginável até algumas décadas atrás, já que ele era criado para ocupar os lugares de mãe e esposa dedicada. Ecoa ainda, a impossibilidade de não seguir a norma predeterminada pela sociedade, já que não lhe era dado nem mesmo o direito de escolher quantos filhos desejava ter. Conforme Del Priore (2012, p. 609-610):

Ser mãe, esposa e dona de casa era considerado o destino natural das mulheres. Na ideologia dos Anos Dourados, maternidade, casamento e dedicação ao lar faziam parte da essência feminina; sem história, sem possibilidades de contestação [...]. A mulher que não seguisse seus caminhos estaria indo contra a natureza, não poderia realmente ser feliz ou fazer com que outras pessoas fossem felizes. Assim, desde criança, a menina deveria ser educada para ser boa mãe e dona de casa exemplar. As prendas domésticas eram consideradas imprescindíveis no currículo de qualquer moça que desejasse se casar.

Esses sentidos são reforçados pela SD 1 “Filhos? Não Obrigada”, que nega a tese de que ser mãe é inerente à condição feminina e pela SD 2: “As mulheres que dizem não à maternidade fazem parte de uma revolução de costumes que está mudando a cara do Brasil e do mundo”, que aponta para o mesmo efeito de sentido e reforça que a negação da maternidade constitui uma “revolução de costumes que está mudando a cara do Brasil”, pois, conforme a reportagem no interior da revista, a possibilidade de viver uma vida plena e feliz, sem filhos, vem sendo aceita lentamente não apenas pelos sujeitos-femininos, mas também por aqueles com quem dividem a vida.

Considerações Finais

O processo de industrialização no Brasil, ocorrido entre as décadas de 30 e 50, do século XX, fez com que as famílias saíssem do meio rural com destino ao urbano, tendo de se adequar a uma nova realidade. Mesmo assim, no final da década de 60, o sujeito-masculino ainda era o provedor do lar, ou seja, sustentava sua família e a maioria das mulheres, cabia o papel da reprodução e de cuidar do lar e dos filhos.

Nos anos 80, começa a se configurar um novo modelo de família, devido à legalização do divórcio, já que, muitas vezes, após o final de um casamento/união, os sujeitos-femininos passaram a assumir sozinhos a responsabilidade de educar os filhos, o que os levou a lutar por espaços que antes não lhes pertenciam. Porém, na década de 90, ainda havia muitos preconceitos e tabus no que dizia respeito ao divórcio e o sujeito-feminino separado era estigmatizado pela sociedade. Assim, era comum manterem um casamento infeliz, temerosos de sofrer discriminação. Entretanto, no final

dessa mesma década, ele começou a assumir um perfil diferenciado dos padrões patriarcais, adotando novos comportamentos, ingressando nas universidades e no mercado de trabalho. Afinal, a ele não cabia mais ocupar apenas o lugar de mãe, esposa e “funcionário do lar”.

Este trabalho teve por objetivo verificar como o sujeito-feminino foi representado em duas capas da Revista *Veja*, de grande circulação nacional, que apesar das polêmicas das quais têm sido alvo, ainda continua atuando como importante formadora de opinião, pois, revela os principais acontecimentos e mudanças ocorridas na sociedade. Nesse sentido, os textos analisados, nos quais se entrelaçam o verbal e o não-verbal, dão a dimensão exata daquilo que o sujeito-leitor vai encontrar no interior da revista, mas além disso, revelam o longo processo de transformação pelo qual passou o sujeito-feminino ao longo dos tempos, e como ele vem, cada vez mais, ocupando lugares antes tidos como do domínio do masculino.

O primeiro texto, apesar de retratar as inúmeras conquistas obtidas pelo sujeito-feminino ao longo dos anos, o representa como aquele que tenta conciliar a carreira profissional e os filhos, mas inevitavelmente se sente “culpado” por ter deixado-os na escola ou com outras pessoas. Ecoam nessa materialidade, então, discursos fortemente sedimentados no imaginário popular de que seria obrigação do sujeito-feminino cuidar do marido, dos filhos e da casa.

O segundo texto representa o sujeito-feminino como independente e autossuficiente, mas provoca o estranhamento ao negar a maternidade, também em razão das representações de sujeito-feminino que por tanto tempo povoaram o imaginário popular. Desse modo, podemos afirmar que os textos em questão, apesar de retratarem as mudanças ocorridas nos padrões familiares do século XXI, e que estão intimamente relacionadas à inserção do sujeito-feminino no mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que provocam a quebra de representações, também colaboram para sedimentar outras que, por muito tempo, estiveram arraigadas no imaginário popular.

Referências

- COURTINE, Jean Jacques. *O Chapéu de Clémentis*: observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político. In: INDURSKY, F; LEANDRO FERREIRA, M. (Org.). *Os múltiplos territórios da análise do discurso*. Porto Alegre: Sagra-Luzzatto, 1999. p. 15-22.
- DEL PRIORE, Mary. *Histórias Íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2011a.
- _____. *História do Amor no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2011b. 2ª Ed.
- _____. *Histórias das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012. 10ª. Ed.
- _____. *Ao Sul do Corpo: condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil Colônia*. São Paulo: Editora da UNESP, 2009. 2ª Ed.

- FEIJÓ, Bruno Vieira. *Por que azul para meninos e rosa para meninas*. Disponível em: super.abril.com.br/historia/por-que-azul-para-meninos-e-rosa-para-meninas. Acesso em 07/10/2015.
- GODOY, Talita. *1967: A mulher brasileira na revista Realidade - Artigo - Parte I*. Disponível em: <http://talitacomunica.blogspot.com.br/2011/10/1967-mulher-brasileira-na-revista.html>. Acesso em 13.10.2015
- LAGAZZI, Suzy. *O recorte significativa na memória*. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro; MITTMAN, Solange (orgs). *O Discurso na Contemporaneidade: Materialidades e Fronteiras*. São Carlos: Claraluz, 2009, pp. 67-78.
- LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina. *Glossário de Termos do Discurso* (coord.). Porto Alegre: UFRGS: Instituto de Letras, 2005.
- FERNANDES, Célia Bassuma. *Entre o mesmo e o diferente: trajetos dos enunciados proverbiais no discurso publicitário*. Tese de doutorado: Programa de Pós Graduação em Estudos da Linguagem. Londrina, Pr. Universidade Estadual de Londrina, 2011.
- MUNIZ, Alice; MOTTA, Caroline. Disponível em: <http://virourealidade.blogspot.com.br/>: Disponível em : <http://virourealidade.blogspot.com.br/2010/05/historia-da-revista-realidade.html>. Acesso em 12/10/2015.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 5ª ed. Campinas: Pontes, 2003.
- _____. **Discurso e Texto: Formulação e Circulação dos Sentidos**. Campinas/SP: Pontes, 2001.
- PÊCHEUX, Michel.. *Semântica e discurso: uma crítica afirmação do óbvio*. Trad. Eni Orlandi [et. al.]. 3. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997a.
- _____. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. GADET, Françoise (org.) Trad. de Bethania Mariani (et.al.) 3. ed. Campinas, SP: Unicamp, 1997b.
- SCALZO, Marília. *Jornalismo de Revista*. São Paulo: Contexto, 3ª Ed. 2008.
- SVICERO, Michelle. *Estudando moda: Salto alto x sensualidade!*
Disponível em: <http://misvicero.blogspot.com.br/2011/12/estudando-moda-salto-alto-x.html>. Acesso em 12/10/2015.
- REVISTA VEJA: Disponível em: <http://veja.abril.com.br/acervodigital/Acesso em 08/07/2015>.

THE REPRESENTATION OF THE FEMALE SUBJECT IN TWO COVERS OF THE MAGAZINE VEJA: A DISCURSIVE ANALYSIS

ABSTRACT

The inclusion of women in the labor market triggered a revolution in "places" occupied by her in the institution of marriage. In this sense, the media, no longer meets only the task of advertising a product leading to consumption, but operates to impose values and to reveal the main events and changes taking place in society. Based on this finding, based on the theoretical assumptions of the French tradition of Discourse Analysis, we aim to examine how this subject, who increasingly has taken "places" that once were not hers, has been represented in two Covers of Veja magazine.

Keywords: speech, family, subject-female.

Recebido em 05/12/2016.

Aprovado em 12/02/2017.